



Releitura dos acontecimentos na fronteira

Grão-Pará-Guiana Francesa entre 1835 e 1841

DÉBORA BENDOCCHI ALVES*

No ano de 1835/1836, o governo de Caiena, com o pretexto de proteger sua colônia dos revoltosos cabanos, resolveu estabelecer uma força militar francesa no lago do Amapá, território que, conforme o Tratado de Utrecht (1713), pertencia ao Brasil. Após cinco anos de tentativa de entendimento diplomático entre os dois impérios, os franceses aceitaram, em 1840, retirar-se do lago do Amapá mas mantiveram uma guarnição, ainda em território considerado brasileiro, à margem direita do Oiapoque, onde haviam construído, em 1838, o Posto Inferior, denominado Forte Malouet a partir de 1840. Em 1841, os dois governos acordaram em neutralizar o território entre os rios Oiapoque e Araguay – passando a ser chamado, a partir de então, de Contestado franco-brasileiro. Somente em 1900, através do arbítrio do governo suíço, essa área passou definitivamente a fazer parte do território do Brasil, hoje grande parte do Estado do Amapá.

A historiografia brasileira, ao interpretar as causas do estabelecimento, em 1836, de uma força militar francesa em território considerado brasileiro, concentra sua análise nos propósitos imperiais da França e seus interesses de expansão territorial no continente americano. Duarte da Ponte Ribeiro já escrevia, em 1842, que a ousadia francesa não tinha limites e que o país, com a rebelião na Província do Pará, em 1835, achara a oportunidade para reviver o antigo empenho de estender sua colônia até o rio Amazonas, citando como pretexto a necessidade de impedir o contato dos anarquistas com os habitantes da Guiana (RIBEIRO, 1942:31).

Para Christopher Hill, “a elaboração de política externa é um processo complexo de interação entre diversos atores inseridos em uma ampla variação de estruturas. Suas interações são processos dinâmicos, levando à constante evolução de ambos, atores e estruturas” (HILL, 2003:28). Não querendo negar as pretensões francesas de expansão territorial de sua colônia americana, gostaria de chamar a atenção para alguns outros fatores que, a meu ver, tornam os acontecimentos mais complexos e podem servir para compreendermos melhor as inter-relações e articulações entre as diferentes esferas de poder: o regional - o governo de Caiena – - e o nacional - os governos de Paris e do Rio de Janeiro, além das articulações entre os

* Docente de História do Brasil no Instituto de História Ibérica e Latino-americana da Universidade de Colônia, Alemanha. Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa financiado pela Fundação Gerda Henkel (Alemanha) sobre a região do Contestado Franco-Brasileiro entre 1840 e 1900.

grupos sociais locais e estes com as autoridades regionais.

Relendo a documentação oficial da época e alguns relatos de viajantes, notamos que, além da Cabanagem a partir de janeiro de 1835 no Grão-Pará, houve outros fatores fronteiriços que certamente contribuíram para a decisão francesa de estabelecer postos militares no território considerado brasileiro, isto é, entre o rio Oiapoque e o Amazonas. Entendemos as várias tentativas frustradas de negociação dos negros Bonis, provenientes da Guiana Holandesa, entre 1836 e 1841, com o governo de Caiena para se instalarem no rio Camopi, afluente do Oiapoque, como uma das causas que levou os governadores de Caiena a tomarem providências para, como dizia o governador Laurens de Choisy, proteger os moradores¹ da Guiana e impedir a proliferação de ideias de liberdade e revolta entre os escravos “franceses”.² Choisy estabeleceu, em 1836, um posto militar na maior ilha do lago do Amapá (WALCKENAER, 1837:11) para impedir a “entrada” na Guiana dos cabanos revoltosos e, em 1838, uma guarnição na ilha de Cafésoca – do lado francês do rio -, no baixo Oiapoque, para proteger os moradores das incursões dos Bonis (HURAUULT, 1960:121). Havia, além disso, por parte dos governadores da Guiana,³ a ideia de que era necessário colonizar a região ao sul do Oiapoque, uma vez que a consideravam rica e apropriada para o desenvolvimento econômico da colônia. Para eles, o posto militar deveria, além de proteger os colonos franceses dos rebeldes paraenses, servir de base para o início de uma colonização francesa na área.

Pretendo neste artigo rever a multiplicidade de fatores que levaram aos conflitos diplomáticos entre o Brasil e a França para poder integrar e relacionar as diferentes dimensões dessa experiência fronteiriça que influenciou, a partir daí, o longo processo de demarcação da fronteira nordeste da Amazônia e, conseqüentemente, a movimentação da população local que, a seu modo, soube usar por longo tempo e em proveito próprio essa vasta área em litígio.

¹ Em francês *habitants*, que na documentação apresentada neste artigo refere-se aos proprietários de terra. Em 1832 havia 469 *habitants propriétaires* sendo apenas 82 considerados grandes proprietários dispondo de mais de 100 escravos (Fouck, 1999:11).

² 12 de janeiro de 1836, carta de Choisy ao Ministro da Marinha e das Colônias. Archives Nationales d’Outre-Mer (ANOM), Fonds Ministériels (FM), Série Géographie (SG) carton GUY 10, Dossier A3 (02).

³ Os governadores da Guiana eram oficiais da marinha francesa ou faziam parte da administração civil do Ministério da Marinha e das Colônias. Esses capitães ou comissários da marinha exerciam o cargo de governador durante três anos e desempenhavam um papel difícil diante das exigências governamentais e os interesses dos *habitants propriétaires*. Muitos *habitants* exerciam funções administrativas ou eram membros do Conselho Colonial, criado em 1833, e que dividia a competência legislativa da colônia com o poder legislativo do reino. (Fouck, 1999:16).

Gostaria primeiro de fazer uma releitura dos relatórios anuais redigidos pelos ministros dos Negócios do Estrangeiro do Império do Brasil focando alguns detalhes que, a meu ver, escaparam das análises macro e, em seguida, ater-me às correspondências trocadas entre o governo da Guiana Francesa com o Ministério da Marinha e das Colônias e deste ministério com o Ministério das Relações Exteriores. Neste artigo não será possível analisar o Período Regencial no Brasil. Também não pretendo entrar na questão dos direitos territoriais postulados nos vários tratados internacionais, nem no prolongado processo de demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Deter-me-ei nos acontecimentos que envolveram a região fronteiriça entre 1835 e 1841.

Relatórios e correspondências oficiais

No Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil do ano de 1835, encontramos a primeira referência sobre a decisão do governo francês de ocupar a região ao sul do rio Oiapoque. Consta que o governo brasileiro pediu explicações sobre o despacho que o Ministro da Marinha francesa enviou para a Guiana ordenando o estabelecimento provisório de um posto militar à margem direita do Oiapoque. O Duque de Broglie, Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, através de seu enviado na corte do Brasil, apresentou “os devidos esclarecimentos ao Governo Regencial que, naquela altura, se contentou com eles visto o estado de rebelião em que se achava a Província do Pará”.⁴ Mas, a partir do relatório anual de 1836, o governo da França passou a incluir em sua justificativa para a instalação do posto a questão de limites entre o Império do Brasil e a Guiana Francesa, uma justificativa que o Brasil não aceitava. É interessante notar que a historiografia brasileira data como início da desavença entre os governos de ambos os países o ano de 1836 e não de 1835, pois foi só a partir de 1836 que os franceses voltaram a exigir a fixação dos limites, questão pendente há séculos (REIS, 1949:93).

Em 1837, o Ministério brasileiro, no seu relatório, considerava que a Província do Pará estava pacificada, a ordem havia sido restabelecida na maior parte do seu território, particularmente nas localidades contíguas à colônia francesa. Como haviam sido removidos os motivos oficiais apresentados pelos franceses para tal ocupação, o Brasil desejava encerrar esse assunto com a França e pedia a retirada do posto do Amapá.⁵ Apesar de os ministros

⁴ Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministro José Ignacio Borges. Relatório do Anno de 1835 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836. (Publicado em 1836).

⁵ MRE, Ministro Antonio Peregrino Maciel Monteiro. Relatório do Anno de 1837 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1838. (Publicado em 1838).

brasileiros dos Negócios do Estrangeiro, a partir de 1837, ressaltarem em seus relatórios anuais que a ordem havia sido restabelecida na Província do Pará e que, portanto, as alegações francesas não tinham mais razão de ser, fica claro, no discurso do presidente da Província do Pará que a situação não era assim tão boa. O presidente do Pará, apesar de ressaltar a relativa paz na Província, acusava a persistência de alguns movimentos de revoltosos em determinadas regiões. Soares d'Andrea, em seu discurso de 2 de março de 1838, dizia que já havia conseguido pacificar a capital, toda a costa do Salgado até o Maranhão, conquistara a grande Ilha de Joanes, prendera os principais rebeldes e preparara os meios para conseguir consolidar a pacificação de todo o Baixo Amazonas. Dizia que naquele momento estava tudo tranquilo, à exceção dos rios Tapajós e Curuá e de alguns furos ou canais nas imediações de Breves onde pequenos grupos de rebeldes se acoitavam e se escondiam facilmente, por serem em pequeno número, perturbando a tranquilidade.⁶ Portanto, mesmo que constasse nos relatórios anuais do Ministério dos Negócios Estrangeiros a volta da ordem no Pará, os franceses, tendo como base a realidade local, podiam continuar alegando a necessidade de sua permanência no território por motivos de segurança.

Em 1838, o Ministro dos Negócios Estrangeiros ordenava ao representante do Império do Brasil em Paris que exigisse com urgência do governo francês a retirada dos postos militares – agora mais de um – sem a qual não deveria entrar em negociações sobre os limites das fronteiras como havia proposto o Gabinete das Tulherias.⁷ Parece que as pressões por parte da diplomacia brasileira surtiram algum efeito, pois, no Relatório de 1839, há notícia de que o governo francês havia resolvido se retirar do posto do Amapá e que iria se ocupar, como ficara acordado, da nomeação dos comissários de limites e esperava, da parte do Brasil, igual medida para se efetuar a demarcação definitiva. Em 1840, o ministro Aureliano de Souza Coutinho salientou que o governo francês ordenara a inteira desocupação do território mas que ainda não havia nomeado os comissários para efetuar a demarcação dos limites.⁸ O texto do relatório do ano de 1841 referente à questão é exatamente o mesmo do texto de 1840, o

⁶ Discurso feito pelo Presidente da Província do Pará na 1ª Sessão da Assembleia Provincial, 2 de Março de 1838. Typographia Restaurada de Santos.

⁷ MRE, Ministro Candido Baptista de Oliveira. Relatório do Ano de 1838 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1839. (Publicado em 1839).

⁸ MRE, Ministro Aureliano de Souza Coutinho. Relatório do Ano de 1840 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1841. (Publicado em 1841). Em 5 de maio de 1840, foi fundada a colônia militar Pedro II, à margem direita do rio Araguari, para impedir uma nova invasão por parte dos franceses no território contestado (Nunes, 2012:8).

que significa que a situação não havia mudado em nada.⁹ Mas, apesar de não haver nenhuma menção à questão com os franceses, em julho de 1841, com a intermediação da Grã-Bretanha, ou, segundo Ponte Ribeiro, com a pressão dos ingleses, ficou acordada a neutralização do território contestado entre o Brasil e a França (REIS, 1949:93; ROMANI, 2003:38).

No que diz respeito à correspondência oficial francesa, o governador da Guiana Jean Jubelin, em carta datada de 1º de julho de 1835,¹⁰ perguntava ao Ministro da Marinha e das Colônias se não seria possível aproveitar o estado de anarquia em que se encontrava o Pará para fazer valer, na questão dos limites, os direitos legítimos da França até o rio Amazonas. Explicava que, apesar de o tratado de 1815 limitar os direitos franceses ao rio Oiapoque, havia, há um bom tempo, propriedades agrárias pertencentes aos franceses na margem direita do rio. Alguns moradores projetavam agora criar animais nas savanas do Uaçá, pois essas terras ultrapassavam de longe a fertilidade existente nos *quartiers* situados ao lado de Caiena. Jubelin pedia ao Ministro para fazer prevalecer o direito que tinham sobre esse território contestado por tratados antigos, e que se deveria acabar com esse estado provisório em que se encontrava a colônia. Insistia que o território já fazia parte da Guiana, apesar da sua fraca população, e que era indispensável para o futuro econômico da colônia. Como vemos, havia por parte do governador e dos moradores o desejo de tomar posse dessa grande área propícia, segundo Jubelin, ao desenvolvimento da agropecuária.

Jubelin, em 11 de abril de 1836¹¹, explicava em seu relatório destinado ao seu sucessor, Laurens de Choisy, a situação geral da colônia e tocava em alguns aspectos que podem nos ajudar a entender suas preocupações e atitudes. Sobre a guarnição da Guiana, explicava que esta havia sido recentemente aumentada em 60 soldados de infantaria, elevando para 565 o número de homens no batalhão. Havia 5 companhias, sendo uma formada por *yoloofs* que, como escreveu, eram soldados africanos.¹² Mencionava que o governo pretendia instalar um posto avançado ao sul do rio Oiapoque, como havia sido autorizado pelo Ministro da Marinha no seu despacho de 3 de novembro de 1835. Mas o local exato ainda não havia sido definido,

⁹ Em sua Memória, de 6 de junho de 1841, o governador da Guiana, Gourbeyre, relata que o posto do lago do Amapá havia sido evacuado pelos franceses em 10 de julho de 1840. ANOM, FM, SG, GUY 3, D A12 (8).

¹⁰ Carta de Jubelin, ANOM, FM, SG caixa GUY 33, D (1).

¹¹ Remise du Gouvernement par Mr. Jubelin à Mr. Laurent de Choisy, 11 de abril de 1836, ANOM, FM, SG, GUY 3, D A12 (7).

¹² *Yoloofs* eram soldados negros, livres, trazidos do Senegal. Após a lei de 1831, que proibia o tráfico de escravos (oficialmente fora proibido em 1817), a França importou homens do Senegal para formar companhias militares. Em 1840, foram enviados para ocuparem o posto Malouet estabelecido à margem direita do rio Oiapoque, região considerada insalubre para os soldados franceses (Roget, 1979:43-47).

pois aguardava a volta do comandante Penaud que havia sido enviado para fazer um reconhecimento da região costeira. O posto militar serviria para a fixação dos limites e deveria abrigar pelo menos 50 homens. O aumento das forças militares havia sido pedido às câmaras e, se fosse aprovado, viria satisfazer as necessidades da colônia. A preocupação de Jubelin com o aumento da guarnição colonial parece estar relacionado com a situação dos negros pertencentes aos *ateliers publiques*.¹³ Estes haviam chegado à Guiana após a lei de 1831 que proibira o tráfico de escravos e, como estava previsto, deveriam ser colocados em liberdade.¹⁴ Segundo a visão do governador, os libertos deveriam ser repartidos entre os colonos que tanto necessitavam de mão de obra. Mas os colonos se negavam a empregar os negros alforriados pelo governo. Isso porque, segundo o relatório de Jubelin, os colonos receavam a presença de negros livres junto aos seus escravos, pois poderiam vir a perturbar a paz em suas propriedades.

Em uma longa carta do Ministro da Marinha e das Colônias, du Campe de Rosamel, de 7 de outubro de 1836, em resposta ao governador da Guiana, Laurens de Choisy, no cargo desde abril de 1836, fica clara a pressão feita por parte de Caiena para a instalação do posto militar nos limites meridionais da colônia. Choisy pedia a aprovação e instruções do ministro para a realização do projeto. O ministro iniciava explicando que primeiramente gostaria de lembrá-lo dos motivos que tinham levado seu predecessor no ministério a autorizar tal procedimento. O objetivo principal para o estabelecimento de um posto para além do Oiapoque fora a ocupação de terras apropriadas para a pecuária e, como motivo legítimo desse ato, a necessidade de impedir a penetração na Guiana da desordem que assolava o Pará. Além disso, o ministro chamava a atenção para um desacordo que havia entre Choisy e o capitão do Corpo de Engenheiros, Sr. Ronmy, sobre o melhor local para o estabelecimento do posto. Ronmy dera preferência para um local nas imediações do Oiapoque e das savanas do Uaçá, que considerara mais apropriado ao desenvolvimento da pecuária. Choisy, por sua vez, fora a favor do lago do Amapá, já que, em razão dos altos custos, teria sido impraticável a instalação de um posto no rio Araguari, mais próximo do rio Amazonas. Mas, conforme explicara ao ministro, o posto no lago do Amapá traria vantagens análogas, podendo a movimentação da população do Pará ser daí bem observada. Serviria também para impedir que os limites

¹³ *Ateliers* eram grupos de trabalhadores escravos (Fouck, op. cit.:58). No caso dos *ateliers* públicos, os escravos estavam sujeitos à administração colonial.

¹⁴ Segundo os artigos 10 e 11 da lei de 1831, os negros capturados nos navios negreiros que entrassem na colônia após esta data, deveriam ser colocados em liberdade, mas eram obrigados a trabalhar durante 7 anos nos *ateliers* públicos da Guiana (Fouck, op. cit.:177-178).

ocupados recentemente pelos franceses fossem violados. O ministro Rosamel insistia que para o desenvolvimento da pecuária deveriam ser usados os arredores do posto, como havia sido ponderado pelo próprio Choisy. Deixara que a escolha do local fosse decidida pelo governador, mas questionava a sua decisão sobre a localização do posto auxiliar, na ilha de Maracá, contrária aos conselhos do capitão Ronmy, que sugerira a entrada do rio Amapá. Além dos comentários sobre o financiamento para a construção, o ministro lembrava ao governador da importância da escolha do comandante do futuro posto, uma vez que ele deveria possuir habilidades para reter, em território francês, os brasileiros refugiados em Caiena que já haviam retornado ao Amapá ou aqueles que o governo francês havia prometido dar autorização, futuramente, para se estabelecerem em território da colônia. Para o ministro, a existência do posto militar seria a maneira mais fácil de atingir os objetivos de colonização, isto é, dar proteção aos estrangeiros igual a que seria dada aos colonos da Guiana que viessem se instalar na região do lago do Amapá¹⁵

Alguns meses mais tarde, 11 de novembro de 1836¹⁶, o ministro Rosamel repreendia Choisy quando este se ofereceu para informar diretamente o governo brasileiro sobre a existência do posto no lago do Amapá, já que o Brasil ainda não havia feito nenhuma reclamação junto ao governo de Caiena. Rosamel, colocando Choisy no seu devido lugar, deixava bem claro que era através da via diplomática que o governo havia decidido tratar o assunto e que o ministro do Brasil em Paris havia sim enviado uma nota ao ministro francês das Relações Exteriores pedindo que o posto do Amapá fosse abandonado. Houve, por parte do ministro Rosamel, a necessidade de lembrar o governador da Guiana da existência da hierarquia de poderes. Mesmo que a ocupação do território assim como a instalação de um posto militar para proteger os colonos tivessem sido iniciativas do governo de Caiena, as negociações com o Império do Brasil pertenciam, por se tratar de fronteira internacional, às esferas de poder mais altas.

Através da correspondência entre os governadores de Caiena e o Ministro da Marinha e das Colônias, nota-se que havia um interesse das autoridades coloniais de estender o território da Guiana Francesa possibilitando, assim, o desenvolvimento da agricultura e criação de gado numa área mais propícia. O projeto tinha sua razão de ser, pois a Guiana nunca chegou a ser

¹⁵ Carta do Ministro da Marinha du Campe de Rosamel ao governador da Guiana-Francesa, Laurens de Choisy, ANOM, FM,SG, GUY 171/4.

¹⁶ Carta do Ministro da Marinha e das Colônias Rosamel ao Governador da Guiana-Francesa, ANOM, FM, SG, GUY 171/4.

uma colônia que trouxesse grandes vantagens econômicas para a metrópole, representando, em 1847, apenas 4% do comércio colonial da França (FOUCK, 1999:163-166).

Já em 1835, a opinião pública francesa era informada, através dos jornais *Le Havre*, *Le Messenger* ou *Moniteur du Commerce*, dos horrores que ocorriam no Pará.¹⁷ Seus artigos citavam a situação dos infelizes moradores da província e salientavam o quanto os acontecimentos anárquicos na fronteira preocupavam as autoridades coloniais. Em 1836, esses periódicos não deixam de relatar as atrocidades cometidas por grupos de revoltosos, índios e negros, contra os brancos e, como explicava o artigo do *Moniteur du Commerce* de 21 de janeiro de 1836, jornal semioficial dos representantes da aristocracia colonial, publicado em Paris (JENNINGS, 2003:81), a Guiana, com uma guarnição fraca de apenas 460 homens, corria um grande risco e deveria ser protegida contra os índios do Pará que já haviam exterminado a população branca lá existente. O jornal defendia, no seu exemplar de 7 de março de 1836, a instalação de um posto militar o mais perto possível do rio Amazonas para proteger os súditos franceses e para se apossar de um território que pertencia há tempos à Guiana, expressando claramente as preocupações e os desejos econômicos dos moradores e do governador da Guiana.

A necessidade de proteção aos colonos aventada pelos jornais e pelos governadores deveria estar ligada ao medo que os moradores franceses tinham dos cabanos – índios e negros. Segundo os jornais franceses, os cabanos já haviam assassinado um grande número de brancos no Pará e poderiam querer fazer o mesmo na Guiana. Ricci esclarece que a Cabanagem tinha como bandeira a morte aos portugueses (RICCI, 2008:82).¹⁸ Essa bandeira poderia ser interpretada pelos franceses como morte aos brancos e, por conseguinte, morte aos europeus. Para Horst Gies, em qualquer situação humana conflituosa, o medo (coletivo ou social) é o resultado de relações de poder desequilibradas, nas quais os mais fracos temem o abuso de poder dos mais fortes, podendo esse sentimento levar à total submissão ou a revoltas dos mais fracos com o objetivo de eliminar tanto a superioridade do mais forte quanto as relações desequilibrada de poder (MÜTTER apud BORMANN et al., 2010:26). Mas o medo pode também ser instrumentalizado pelo poder político para manter a ordem ou, dito de outra forma, o medo pode levar a um maior exercício de poder e à criação de estratégias de segurança (STEARNS, 2008:17-28). Em relação à Guiana, Flamarion Cardoso chama a

¹⁷ *Le Havre*, 2 Juin 1835; *Le Messenger*, 7 Juillet 1835; *Moniteur du Commerce*, 9 de Juillet 1835.

¹⁸ Segundo a autora, 30.000 pessoas foram mortas durante a Cabanagem, dentre eles muitos brancos (RICCI, 2008: 93).

atenção para a histeria coletiva em que viviam os senhores de escravos (CARDOSO, 1999: 404) e, mesmo que as revoltas escravas não tenham assumido as proporções das revoltas da Guiana Holandesa, o pânico pode ser compreensível, pois havia na Guiana Francesa, em 1835, 16.898 escravos em uma população de 21.956 habitantes (FOUCK, 1999:118). As ameaças de negros revoltosos das regiões vizinhas representava, portanto, um perigo real para a desejada ordem interna de uma sociedade escravagista. O perigo tornava-se ainda maior em virtude de os escravos da Guiana Francesa já terem feito experiências de liberdade, vividas ou narradas, quando da primeira abolição da escravidão entre 1794 e 1802.¹⁹ Portanto, considero que o posto do Amapá também tenha servido como estratégia de segurança para a fronteira sudeste e uma resposta das autoridades coloniais ao medo dos moradores que planejavam se instalar no novo *quartier*. Além das ameaças na fronteira com a Província do Pará, havia ainda, exatamente a partir de 1836, o grande temor de os negros Bonis se estabelecerem na região do baixo Oiapoque.

Os Boni no Oiapoque

No final do século XVIII, ocorreram várias revoltas de escravos em Suriname que acabaram obrigando os holandeses a reconhecerem a independência de três grandes grupos de escravos fugidos: os Saramacas, os Djuka e os Matuaris. Um quarto grupo, sobre o comando de um negro chamado Boni, empreendeu, a partir de 1770, uma guerra sangrenta contra os colonos holandeses. O conflito durou quatro anos, e os Bonis, como passaram a ser conhecidos, foram reprimidos e empurrados para a fronteira franco-holandesa, a qual acabaram transpassando e indo se estabelecer no rio Maroni, cuja presença em território francês não agradava nem um pouco aos governantes da Guiana (Fouck, 1999:106).

Até o início do século XIX, os Bonis viveram em paz na região do rio Maroni, distantes dos moradores do litoral da Guiana Francesa. Mas essa situação mudou nas primeiras décadas do século XIX. Os Bonis, diferentemente dos Djuka, dos Saramacas e Matuaris, não haviam assinado nenhum tratado com os holandeses e vivam sob a tutela dos Djuka que, conforme o acordo com os holandeses, deveriam restituir ao governo holandês todos os novos negros fugitivos (ROGET, 1979:43-47). Entretanto, a relação entre os Bonis e os Djuka deteriorou-se depois do incidente, em 1836, com o comandante da marinha francesa, o farmacêutico Leprieur, que objetivava alcançar a nascente do rio Maroni subindo o Oiapoque. Já no rio Camopi, ele e seus acompanhantes deram de encontro com alguns Bonis que os levaram para

¹⁹ A escravidão foi restaurada em 1802 e abolida definitivamente em 1848.

o rio Lawa. O farmacêutico, talvez por receio de ser morto, explicou que havia sido enviado oficialmente pelas autoridades coloniais para celebrar a paz. Após alguns dias de celebração, o chefe Gongo enviou dez Bonis para informar os Djuka do ocorrido. Beeiman, o principal dos Djuka, ficou furioso e enviou mais de 60 guerreiros para capturar Leprieur, mas não puderam fazer nada, pois os Bonis protegiam o francês. Quando este partiu para Caiena, desistindo de continuar sua expedição, foi acompanhado por quatro Bonis que desejavam conversar diretamente com as autoridades coloniais e pedir autorização para se estabelecerem no rio Camopi, afluente do Oiapoque. O governador de Caiena não só se recusou a recebê-los mas também mandou prendê-los e serem levados de volta ao Oiapoque. Os Djuka, por sua vez, reclamaram ao governo de Suriname das promessas feitas por Leprieur em nome do governo francês. Conforme os acordos, os Bonis lhes deviam submissão e não tinham liberdade para celebrar a paz com outra autoridade. O caso tomou proporções enormes, e o governador de Caiena, Laurens de Choisy, foi obrigado a se explicar junto ao governador de Suriname (HOOGBERGEN, 2008:107-140).²⁰

No final de 1836, os Bonis enviaram novamente ao Oiapoque uma delegação de oito pessoas para tentar negociar com as autoridades coloniais. Reivindicavam a permissão para se instalarem no Camopi, uma área mais próxima das propriedades escravagistas e economicamente mais dinâmicas, entre a Montagne d'Argent e o salto de Maripá. Foram mandados embora e aconselhados a nunca mais voltarem (FOUCK, 1999:107).

No início de 1837, as notícias de que os Bonis do alto Oiapoque haviam maltratado os indígenas e se preparavam para descer o rio, disseminou o medo entre os moradores. Laurens de Choisy, sob pressão dos colonos, enviou para o Oiapoque, em abril de 1837, um destacamento de 20 homens, comandado pelo tenente Faivre, com a instrução de liquidar os Bonis caso esses aparecessem na região. No dia 29 de abril, os Bonis enviaram ao baixo Oiapoque, mais uma vez, uma delegação composta de nove pessoas, além de um escravo marrom, Modeste, propriedade de um colono francês. O tenente Faivre, sem hesitar, prendeu os três Bonis que haviam se aproximado da embocadura do rio e mandou capturar os seis outros que haviam permanecido um pouco mais acima. Destes, só um foi capturado, os demais conseguiram fugir. No dia seguinte, os três Bonis presos foram fuzilados sem serem ouvidos e julgados, o que causou indignação do procurador geral Vidal de Lingendes assim

²⁰ 15 de outubro de 1836, carta de Choisy ao Ministro da Marinha e das Colônias, ANOM, FM, SG, GUY 44, Dossier E10 (13).

como de muitos moradores do Oiapoque.²¹ O Ministro da Marinha mandou chamar de volta à França Choisy e o tenente Faivre para que dessem explicações sobre suas atitudes tão hostis e brutais. Faivre foi brandamente julgado, em 1838, mas Choisy, apesar das acusações, foi absolvido e não voltou mais a Caiena (HURAUULT, 1960:117-121).

Esses acontecimentos dramáticos fizeram com que o medo entre os moradores franceses se agravasse. O novo governador de Caiena, Paul de Nouquer du Camper, tomou algumas medidas para impedir a aproximação dos Bonis e acalmar os moradores, pois, como informou, o terror era geral no *quartier* do Oiapoque e havia, de fato, a possibilidade de uma agressão dos Bonis que haviam ameaçado voltar para vingar a morte de seus camaradas. Uma das medidas tomadas foi a de edificar, em 1837, o forte de Cafésoca, situado em uma pequena ilha no meio do rio Oiapoque, do lado francês, para impedir os Bonis de descerem o rio. No entanto, segundo um relatório redigido pelo Ministério da Marinha e das Colônias, de 22 de setembro de 1838, o posto de Cafésoca protegia os moradores do Oiapoque contra um ataque, caso os negros viessem pelo rio.²² Não os protegeria, porém, se estes abandonassem suas canoas um pouco acima do posto e atravessassem os bosques existentes no meio das habitações. As propriedades agrárias, situadas em ambas as margens do rio, localizavam-se abaixo do posto de Cafésoca, que não poderia oferecer nenhuma segurança caso o ataque fosse por terra. Daí ser necessário, conforme o relatório, estabelecer um novo posto em uma das margens do rio, sobretudo porque, entre maio e outubro de 1837, os Bonis já haviam se aproximado três vezes do posto de Cafésoca. O novo posto foi construído em 1838, à margem direita do Oiapoque, em um local um pouco elevado e na altura do rio Gabaret. Era de alvenaria, possuía uma plataforma de artilharia, um hospital e armazéns, passando a ser o principal estabelecimento militar do *quartier* do Oiapoque.²³

Em janeiro de 1839, houve novamente uma tentativa de contato dos Bonis com as autoridades da Guiana e, novamente, o pedido lhes foi negado, sendo informados, por seus intermediários, os indígenas, de que deveriam desistir da ideia de se instalarem em solo francês. No entanto, um grupo deles, não se conformando com a situação, permaneceu no alto Oiapoque.²⁴

²¹ 29 de julho de 1837, Note, ANOM, FM, SG, GUY 44, D E10 (13).

²² Rapport sur le projet d'établir un poste permanent pour la défense du quartier d'Oyapock, ANOM, FM, SG 14 DFC/70, N° 876.

²³ Segundo o *Bulletin officiel de la Guyane Française* de 1840 (p. 107), o forte era conhecido como *Poste Inferieur*, estabelecido na margem direita do Oiapoque e que, a partir daquele ano, em homenagem a Victor-Pièrre Malouet, governador da Guiana entre 1776-1778, passaria a ser denominado de Forte Malouet.

²⁴ 12 de março de 1839, Carta do governador da Guiana, ANOM, FM, SG, GUY 10, D A3 (02). Conforme o relatório do governador da Guiana, Sr. Gourbeyre, de 23 de agosto de 1839, havia uma convenção entre os

Com a determinação dos Bonis de permanecerem na região, os franceses resolveram tomar medidas mais drásticas. Em julho de 1841, foi organizada uma expedição militar que atacou o grupo que se achava localizado um pouco acima do forte de Cafésoca. O chefe dos Bonis foi morto, dois outros foram feridos, uma mulher foi capturada e os demais conseguiram fugir. Depois disso, os Bonis desistiram de se instalar no Oiapoque (HURAULT, 1960:123-127).

No Oiapoque assim como em Caiena, a administração e os colonos eram totalmente contra a ideia de permitir a instalação de uma população de quase 400 negros livres, independentes e guerreiros nas proximidades das propriedades agrárias. As vitórias dos negros marrons sobre o exército holandês eram lendárias. Segundo observou o governador Laussat já em 1822, o exemplo de Suriname era uma lição terrível, pois lá os negros haviam conseguido formar uma organização “nacional” que lidava com Paramaribo de soberano para soberano (apud FOUCK, 1999:108).

Para além do imperialismo francês, considero as construções de postos militares em território contestado como medidas de precaução tomadas pelo governo de Caiena em um momento no qual o clima de medo era singular. Os postos não garantiam uma segurança total, mas podiam proteger, em parte, os colonos franceses. Talvez tivessem mais um valor simbólico. Porém, como estratégia de segurança dos governadores da Guiana, acabaram servindo também às reivindicações do Império francês desejoso de ampliar e colonizar seu território em direção ao Amazonas. Os acontecimentos locais acabaram sendo absorvidos pelas instâncias de poder mais altas, e o assunto passou a ser tratado pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países.

Considerações finais

Como Helen Milner, entendo que a política externa é o resultado de um embate entre diversos atores domésticos tanto governamentais quanto não-governamentais e não deve ser vista como obra de um Estado unitário e racional, pois os governos estão sujeitos a influências de diversos atores e grupos que acabam usando dessas influências para fazerem prevalecer seus interesses (MILNER, 1998:761-62). Considerando que o Estado é composto por diferentes unidades de decisão que são influenciadas ou pressionadas por indivíduos, grupos ou instituições que, dessa maneira, participam no processo de formulação e execução de política externa, estudar esta política significa considerar os processos internos do país, as interações

governos da Guiana e de Suriname de que os franceses não permitiriam que nenhum grupo de negros marrons do alto Maroni se estabelecesse em território francês, pois isso romperia com o estado de subordinação que estes deviam ao governo holandês (ANOM, FM, SG, GUY 10, D A3 (02)).

existentes entre instituições e atores e entender os motivos, internos e externos, que levam os representantes governamentais a tomarem determinadas decisões no plano internacional. Dentro dessa perspectiva, a esfera internacional passa a ser multidimensional e os interesses nacionais mutáveis, podendo variar ao longo do tempo, dependendo dos interesses em jogo, tanto domésticos quanto externos (MANSANI e REIS, 2014:24).

Através da comunicação escrita entre os Ministérios do Exterior e o da Marinha e das Colônias e deste último com o governo da Guiana, pode-se perceber que a iniciativa da instalação de postos militares, tanto no lago do Amapá quanto à margem direita do Oiapoque, partiu do governo da Guiana que, para realizá-la, necessitava da autorização do governo de Paris. Entretanto, o desejo de colonizar as savanas do Uaçá pode ter sido também uma iniciativa dos *habitants propriétaires* franceses mas o governador Laurens de Choisy resolveu optar pelo lago do Amapá por este estar mais perto do rio Amazonas. Provavelmente a distância e as dificuldades de transporte marítimo do lago do Amapá até o Oiapoque, o Aroague e Caiena, as regiões mais habitadas da colônia, acabaram não despertando os interesse dos colonos que não foram se estabelecer no local. Os planos de ocupação territorial de Choisy, por erro estratégico ou cobiça, não foram adiante e nem trouxeram as vantagens econômicas prometidas à metrópole. O governo de Paris havia autorizado a empreitada, em 1835, pensando inicialmente nos possíveis ganhos que a nova colonização pudesse trazer e também por entender que o momento era propício para uma retomada das negociações com o Brasil sobre a demarcação fronteiriça. Já que havia disposição por parte da Guiana de colonizar a região, os planos poderiam servir às duas causas, e a revolta no Pará se prestou, no âmbito internacional, de pretexto plausível para a atitude do governo francês. Mas, a meu ver, a Cabanagem e as fugas dos revoltosos, indígenas, negros e mestiços, não eram somente uma alegação para a construção dos postos. O perigo era visto pelos colonos franceses como real e eles exigiam proteção por parte do governador para ocuparem o território.

Passados alguns anos, em 1839, o governo de Paris percebeu que as vantagens comerciais e políticas com o Brasil eram maiores do que a ocupação da região das savanas amapaenses.²⁵ Com a intermediação da Grã-Bretanha, anunciou que aceitava desocupar o Amapá, mas a retirada de fato só ocorreria em julho de 1840. Pelos documentos oficiais, parece que não foi

²⁵ 30 de Junho de 1840, carta do Ministro do Exterior ao Ministro da Marinha, ANOM, FM, SG, GUY 33, D 2 (4).

muito fácil persuadir o governador de Caiena dessa decisão.²⁶ Por fim, as exigências de Paris acabaram sendo obedecidas em relação ao lago do Amapá, mas o governador não retirou o destacamento do posto do Oiapoque na área contestada e nem o transferiu para a margem esquerda, território francês. Havia, segundo o governador, a necessidade de proteger o *quartier* do Oiapoque de possíveis ataques dos Bonis. Talvez o governador entendesse que o perigo não era só representado pelos Bonis, mas sim por qualquer escravo revoltoso que quisesse transpor ou subir o Oiapoque.

Através da documentação oficial, nota-se que a ocupação do Contestado pelos franceses, em 1836, foi algo bem mais complexo, dinâmico e expõe as inter-relações e articulações entre as várias esferas de poder, expressas nas práticas políticas e socioeconômicas observadas nesse espaço geográfico amazônico. O poder central francês, representado aqui pelo Ministério das Relações Exteriores, fora influenciado na sua política internacional pelo Ministério da Marinha e das Colônias que, por sua vez, fora pressionado pelos governadores de Caiena e pelos interesses econômicos dos proprietários guianenses. Mas tanto a reação do Brasil quanto da Grã-Bretanha, a qual não via com bons olhos a expansão francesa no Amazonas, obrigou o governo de Paris a reconsiderar os interesses da França. As relações políticas e econômicas com o Brasil eram mais importantes e vantajosas do que as ambições de governadores e moradores de uma colônia que nunca teve peso para a economia francesa. Após a pacificação do Pará, em 1840, a expulsão dos Bonis do baixo Oiapoque, em 1841, e o fracasso de povoação da área ocupada, foi exigido do governador a desocupação do território contestado. A decisão fora tomada em 1839 pelo governo de Paris, mas sua realização, que dependia do governador da Guiana, só ocorreu depois de os problemas domésticos terem sido contornados, isto é, depois que o período do grande medo social havia amainado. O Forte Malouet, por sua vez, continuou no seu local original até pelo menos 1860.²⁷

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Ciro Flamarion: *La Guyane française (1715-1815). Aspects économiques et sociaux*. Petit-Bourg, Guadeloupe, Ibis Rouge Ed., 1999.

²⁶ 14 de Julho de 1840, carta do governador Goubeyre ao Ministro da Marinha, ANOM, FM, SG, GUY 33, D 2(4).

²⁷ Mapa de 1859, ANOM, FM, SG, GUY 45, D E10 (22).

- FOUCK, Serge Mam Lam. *La Guyane française au temps de l'esclavage, de l'or et de la francisation (1802-1946)*. Guadeloupe, Iris Rouge Editions, 1999.
- JENNINGS, Lawrence C. *French Anti-Slavery: The Movement for the Abolition of Slavery in France, 1802-1848*. Cambridge, University Press, 2003.
- GIES, Horst. „Emotionalität versus Rationalität?“, in: B. Mütter/U. Uffelmann (Hg.), *Emotionen und historisches Lernen*. Hannover 1996, p. 27– 40, apud Patrick Bormann P. /Thomas Freiberger /Judith Michel: *Theoretische Überlegungen zum Thema Angst in den internationalen Beziehungen*; dies. (org.), *Angst in den internationalen Beziehungen*, Göttingen, 2010, p. 26.
- HILL, Christopher. *The changing politics of foreign policy*. New York, Palgrave, 2003.
- HOOGBERGEN, Wim. “Frères et ennemis Aluku et Ndjuka de 1710 à 1860” ; in: Gérard Collomb et Marie-José Jolivet (coord.): *Histoires, identités et logiques ethniques Amérindiens, Créoles et Noirs Marrons en Guyane*. CTHS, *Le regard de l'ethnologue* n° 18, 2008; pp. 107-140.
- HURAUULT, Jean. “Histoire des noirs réfugiés Boni de la Guyane française.” *Revue française d'histoire d'outre-mer*, tome 47, n°166, premier trimestre 1960. pp. 76-137.
- MANSANI, Roberta de Souza e REIS, Rafael Pons. “As Teorias das Relações Internacionais nos Estudos de Política Externa: um breve olhar a partir das perspectivas realistas e liberal.” *Revista Andina de Estudios Políticos*, Vol. IV, N° 1 (2014), pp. 20-29.
- MILNER, Helen. “Rationalizing Politics: The Emerging Synthesis of International, American, and Comparative Politics.” *International Organization* 52, 4, autumn 1998, pp. 759–786.
- NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III, n° 7, abril de 2012.
- RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e a França sobre terrenos contestados pelo lado do rio Oyapock*. Rio de Janeiro, 4 de março de 1842. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- REIS, Arthur. *Território do Amapá. Perfil Histórico*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.
- REIS, Arthur. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro, Record Editora, 1968.
- RICCI, Magda. “Fronteiras da nação e da revolução: Identidades locais e a experiência de ser

brasileiro na Amazônia (1820-1840), *Boletim Americanista* (Universidade de Barcelona) 58 (2008), p. 77-95.

ROGET, Hugues Petitjean. “Bonis et Africains Libres sur le bas Oyapock vers le Milieu du XIX^e siècle.” *Revue Guyanaise d’Histoire et de Géographie*, N° 9, janvier, février, mars 1979; p. 43-47.

ROMANI, Carlos. *Aqui começa o Brasil. História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro 2013.

STEARNS, Peter N.: “Fear and History”; *HISTOREIN*, vol. 8 (2008), p. 17-28.

WALCKENAER, Barão de. “Mémoire sur les nouvelles découvertes géographiques faites dans la Guyane Française et sur le nouvel établissement formé à l’île de Mapa”. *Nouvelles Annales des Voyages*. Dix-neuvième année, 1837, p. 6-17.